

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A GOVERNAMENTABILIDADE LIBERAL E/OU NEOLIBERAL A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT

SOME POINT OF VIEW OF THE LIBERAL GOVERNMENT AND/OR NEOLIBERAL FROM MICHEL FOUCAULT

Tiago Nilo*

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de examinar duas características imprescindíveis no desenvolvimento do liberalismo para o neoliberalismo, a saber, as relações entre mercado e Estado e o aparecimento do chamado *homo oeconomicus*. Dito de um modo mais preciso, naquilo que Foucault chama de governamentabilidade, a arte de governar do liberalismo, em tal racionalidade, em tal prática, em tal exercício de governo, este trabalho, este estudo tem por objetivo buscar saber quais são os efeitos desta passagem: do liberalismo ao neoliberalismo. Para tal intento serão dois os pontos a serem examinados, a saber, as relações entre o mercado e o Estado e o aparecimento do chamado *homo oeconomicus*. A tensão existente entre as subjetividades dos cidadãos que compõem o Estado e a mínima administração deste. Isto é, de que forma o mercado, as relações de mercado se entrelaçam ou adentram nesta tensão. Equivale, portanto, questionar quem detêm o poder na governamentabilidade liberal: o Estado ou o mercado? As relações sociais no modelo de mercado econômico que outrora eram de troca, passam a ser relações de concorrência. Assim, a concorrência nas relações humanas propicia o desenvolvimento do chamado capital humano. E, para firmar, solidificar ou pactuar estas relações sociais, o direito e a economia consolidam um casamento perfeito. Deste modo, sociedade civil e o *homo oeconomicus* fazem parte de um conjunto chamado tecnologia da governamentabilidade liberal. Gerenciar ou governar passa a ser modelar as subjetividades que a compõem. Ou seja, governar, no modelo neoliberal, significa administrar as subjetividades que estruturam o Estado. No entanto, este ‘governar’ significa, tão somente, gerenciar o chamado capital humano – o ser humano que investe em si mesmo.

Palavras-chave: Liberalismo. Neoliberalismo. Governamentabilidade liberal. Homo Oeconomicus. Capital humano

Abstract: This study aims to examine two essential characteristics in the development of liberalism to neoliberalism, namely the relationship between market and the state and the emergence of so called *homo oeconomicus*. To put in more precisely, what Foucault calls governmentality, the art of government liberalism, in such rationality in this practice, in this exercise of government, this work, this study aims to find out what are the effects of transition: to liberalism from neoliberalism. For this purpose will be two points to be examined, namely, the relationship between market and state and the emergence of so-called *homo oeconomicus*. The tension between the subjectivity of citizens that make up the state and the minimum of administration. This is who the

* Mestrando em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Email: tiagomilo@pop.com.br.

market, market relations are interwoven or step into this strain. It is therefore equivalent to question those in power in liberal governmentality: the state or the market? Social relations in the model of market economy that were once the exchange, become competitive relations. Thus, competition in human relations conducive to the development of so-called human capital. And, to establish, solidity or condone these social relations, law and economics consolidate a perfect marriage. Thus, civil society and *homo oeconomicus* are part of technology called liberal governmentality. Manage or rule becomes the model subjectivities that compose it. In other words, govern, in the neoliberal model, means managing the subjectivities that make up the state. However, this ‘rule’ means, alone, to manage the so-called human capital – the human being that invests in itself.

Key-words: Liberalism. Neoliberalism. Governmentality liberal. Homo Oeconomicus. Human capital.

Introdução

No trânsito histórico da passagem do liberalismo para o neoliberalismo o que se percebe é que se deve governar pouco, ou seja, segundo Foucault o lema é, “sempre se governa demais”, ou “sempre se deve suspeitar que se governa demais”. Sendo assim, “porque seria preciso governar?” Segundo Foucault, a idéia de sociedade é o que possibilita desenvolver uma tecnologia de governo a partir do princípio de que ele já é, em si mesmo, ‘demais’, ‘excessivo’ (FOUCAULT, 2008, p. 434.). Assim, o Estado deve ter o mínimo possível de intervenção nas questões de mercado. Estado de um lado e mercado de outro. O Estado gerencia, administra a população, regula e, por meio do aparelho jurídico, legitima a sua não intervenção nas questões de mercado. No mercado, estão vinculados os ganhos individuais (na concorrência comercial) e o crescimento da riqueza coletiva. Na relação – mercado e Estado – é a lei (por meio de procedimentos jurídicos) que define as formas gerais de intervenção estatal na economia – a mínima possível. Segundo Foucault, “é a participação dos governados na elaboração das leis, num dado sistema parlamentar¹, que constitui o sistema mais eficaz da economia governamental” (FOUCAULT, 2008, p. 436.).

A análise de Foucault gira em torno de dois modelos teóricos neoliberais: o ordoliberalismo alemão e a Escola de Chicago. No modelo alemão, a fobia de Estado aparece por três diferentes razões: o socialismo soviético, o nacional-socialismo e a

¹ O Reino Unido é um ótimo exemplo.

política econômica de Keynes². Esta tecnologia neoliberal de governo caracteriza-se pela liberdade nos processos econômicos, garantida pelo aparato jurídico, onde este delimitaria o não intervencionismo e/ou dirigismo estatal. Já o neoliberalismo estadunidense da escola de Chicago se posiciona contra a política econômica do New Deal, contra o dirigismo estatal e a planificação econômica – assim como o modelo alemão. No entanto, há algo mais destacado no modelo neoliberal estadunidense. Ele é caracterizado por uma espécie de anarconeoliberalismo. Isto é, ao contrário da economia social de mercado alemã, o modelo estadunidense amplia a racionalidade de mercado, ela ultrapassa o econômico imergindo na vida pessoal, na vida familiar, dirigindo-a, organizando-a, modelando-a. Eis que surge o empresário de si mesmo, o *homo oeconomicus*, o investidor de si mesmo.

Assim, estas serão as conseqüências a serem analisadas após o surgimento do neoliberalismo no período pós-segunda grande guerra, a saber, as relações entre Estado e mercado e, é claro, o surgimento do *homo oeconomicus*. Como indica o próprio título deste trabalho, serão apenas alguns apontamentos e não uma análise exaustiva e conclusiva sobre um tema tão complexo como as conseqüências do neoliberalismo nas relações sociais, especialmente, é claro, na política e na arte de governo liberal. Nas linhas que se seguem, tais apontamentos buscarão apenas tornar mais claro a relevância que a economia desempenha no período histórico que se inicia no início do século XX e segue até hoje.

1. Pequena genealogia do liberalismo

Segundo Foucault, nos séculos XVI-XVII a prática governamental que se exercia era o Estado de polícia. O policiamento passa a ser a forma de gerenciamento do Estado. Esta arte de governar, esta tecnologia política se estabelece de duas maneiras, por meio da diplomacia (com o Chefe de Estado) e a organização de um exército profissional (FOUCALUT, 2008, p. 420). Um dos pontos centrais desta técnica de

² Nesta última a fobia do Estado aparece pelo intervencionismo estatal nas relações de mercado. Ou seja, o liberalismo clássico, desde Adam Smith, tem como princípio básico a não intervenção do Estado em questões econômicas. Enfatizando a questão: o liberalismo tem como regra básica o não dirigismo estatal – pressupõe um modelo econômico que não seja regulado pelo Estado, mas sim, tão somente pelas próprias leis internas do mercado financeiro. Com Keynes, ao contrário, poderíamos dizer que o Estado viria a regular o ciclo econômico.

governo é a vigilância, a regulação e a intervenção, pois aquilo que caracteriza um Estado de polícia é o interesse pelo que os homens façam de sua atividade, o que realizam em suas ocupações. Seu objetivo é o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens na medida em que essa atividade possa construir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado (FOUCAULT, 2008, p. 433.).

O liberalismo apresenta-se como flexibilização deste sistema, na medida em que o mercado será visto como um lugar dotado de sua própria regulamentação. Ou seja, deve-se deixá-lo agir com o mínimo possível de intervenções, pois é do próprio mercado que nascerão suas normas. É neste caso também, que aparecerão as bases para toda forma liberal futura, a frugalidade do governo, o governo mínimo. No entanto, é somente a partir do século XVIII que irá se deixar o mercado livre de intervenções e pensá-lo como um lugar dotado de sua própria regulamentação³. Neste mesmo período surgirá o modelo fisiocrata. Tal modelo pensa no mercado econômico como sendo dotado de leis naturais, isto é, quando se deixa o mercado agir por si mesmo toda sua mecânica se autoregulará, contanto que não ocorra nenhuma intervenção estatal ou governamental. Os preços, por exemplo, se regularão conforme as demandas do mercado - ou conforme os mecanismos naturais do mercado. Neste caso é a formação de um bom preço, ou de um preço natural, que legitimará uma boa prática governamental. Assim, o mercado é que irá realizar um bom governo por meio da troca. Ou seja, o mercado estabelecido pela troca de produtos, garantirá o desenvolvimento da produção e definirá a verdade desta prática governamental, pois é ele quem legitimará a “qualidade” do governo, ele quem ditará se o governo for bom ou ruim, e não mais a justiça. O que caracteriza esta nova arte de governar é muito mais um naturalismo (o mercado que regula e movimenta a si mesmo), já que a liberdade de mercado que se fala, neste caso, não é uma liberdade jurídica, mas espontânea, natural, ditada pela própria natureza. Segundo Foucault, no século XVIII, com os fisiocratas, Adam Smith e até mesmo Kant, o que se enuncia é um naturalismo governamental (FOUCAULT,

³ “Regulamentação quanto aos objetos a se levar aos mercados, quanto ao tipo de fabricação dos objetos, quanto à origem desses produtos, quanto aos direitos a serem pagos, quanto aos próprios procedimentos de venda, quanto aos preços estabelecidos, claro. Logo, lugar dotado de regulamentação – isso era o mercado. Era também um lugar de justiça no sentido de que o preço de venda estabelecido no mercado era considerado, aliás tanto pelos teóricos quanto pelos práticos, um preço justo, ou em todo caso, um preço que deveria ser o justo preço, isto é, um preço que devia manter certa relação com o trabalho feito, com as necessidades dos comerciantes e, é claro, com as necessidades e possibilidades dos consumidores”. In: FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. P. 42-43.

2008, p. 84). Mas, não nos enganemos, pois já é um liberalismo. Para os fisiocratas, o governo tem de conhecer estes mecanismos naturais, mas não intervir neles. É necessário conhecer estes mecanismos, portanto, para evidenciar a limitação do governo. E, por mencionar as questões de liberdade, para Foucault, já se pode falar em liberalismo. Assim, pode-se dizer que uma das características do liberalismo é definir a liberdade, preocupar-se com a liberdade. Mas, como definir esta liberdade entre comerciantes e governo? Compradores e vendedores? A quais interesses esta liberdade corresponderá?

1.2 A liberdade

Para o liberalismo o mercado é intocável. O máximo que o Estado poderá fazer é intervir para regulá-lo em épocas de crise. O que já é um excesso. E, de que modo será garantida esta liberdade? Pela limitação do poder público. Isto é, o problema em questão é saber como legitimar o soberano, como colocar limites jurídicos para o exercício de um poder público? Deste modo, deve haver um casamento perfeito entre economia liberal e direito, mas o que temos são duas vias.

A lei é concebida, portanto, como a expressão de uma vontade, de uma vontade coletiva que manifesta a parte de direito que os indivíduos aceitam ceder e a parte que eles aceitam reservar. Na outra problemática, na via radical, utilitarista, a lei será concebida como o efeito de uma transação que vai colocar, de um lado, a esfera de intervenção do poder público e, de outro, a esfera de independência dos indivíduos. (...) Temos, portanto, concepções absolutamente heterogêneas da liberdade, uma concebida a partir dos direitos do homem, a outra percebida a partir da independência dos governados. (FOUCAULT, 2008, p. 57).

Dois caminhos para conceber os limites do poder público, dois tipos de liberdade. A solução será a distribuição da liberdade, por assim dizer. A liberdade de troca e não interferência estatal, do lado do mercado e, utilidade, do lado do poder público. O que perpassará as duas liberdades é o interesse, e caberá ao governo equilibrar o jogo de interesses – entre o interesse coletivo e o interesse individual –, caberá ao governar manipular interesses. Assim, este modelo de razão governamental – que tem como princípio a autolimitação do governo –, segundo Foucault, funciona com base e ênfase no interesse. Agora pode-se ver com maior relevância o aspecto do governo mínimo, pois nesta nova razão governamental (a liberal) o governo só agirá sob

o interesse dos governados, no jogo de interesses coletivos e individuais. Este é o jogo econômico, e como em todo jogo há vencedores e vencidos - no caso, aqueles que lucram e aqueles que nada, ou minimamente, lucram. Exatamente por isso o mercado não deverá intervir, para o ótimo funcionamento deste jogo. Assim, a liberdade de mercado garantirá lucro para todos (para uns mais e outros menos), um enriquecimento mútuo, do vendedor e do comprador, enriquecimento não de uma única pessoa, mas de um continente e quiçá, do mundo. Se este jogo se expandir entre as nações haverá uma forte concorrência que inflacionará a produção, estimulando densamente o comércio. Seguindo esta linha de raciocínio, a concorrência entre os Estados conduzirá ao progresso econômico ilimitado. Não estamos mais no resultado nulo dos mercantilistas a respeito do jogo econômico, mas sim na concorrência fisiocrática e de Smith. Para eles é a liberdade de mercado que deve assegurar o enriquecimento recíproco, e isto só acontecerá com a expansão comercial, por toda a Europa, por todo mundo. Neste caso, não se pensa mais no enriquecimento de uns e empobrecimento de outros, mas sim, no enriquecimento coletivo de um sujeito econômico coletivo, isto tornado possível por meio da mundialização do mercado, isto é, a expansão econômica.

Segundo Foucault, essa idéia de ilimitação do mercado externo já aparece em Kant. Quanto mais vasto o mercado externo, menos fronteiras e limites haverá, mais se terá nisso a garantia da paz perpétua (FOUCAULT, 2008, p. 79). Assim como aparece nos fisiocratas, em Kant, a produção e a troca são reguladas pela natureza. Tais relações são baseadas no direito à propriedade, o que o conduzirá ao direito civil e, mais uma vez, observamos economia e direito lado a lado ancorando o liberalismo. Se, portanto, houver relações comerciais entre os Estados, o direito terá que prover a independência de cada um e garantir o cumprimento dos contratos a serem estabelecidos entre eles. Sendo assim, o que diz respeito ao direito comercial, ao direito cosmopolita ou ao direito internacional nas relações entre os Estados, tudo isto está fundamentado na própria natureza. Pois, ela nos tornou capazes de prover nossa alimentação, de nos organizarmos socialmente e de estabelecermos relações de troca entre si, de nossa produção. Assim, o que garantirá a paz perpétua é a própria natureza. Ela que tornou possível nossas relações comerciais ou como Foucault designa *a planetarização comercial* (FOUCAULT, 2008, p. 80). Os conflitos são substituídos pela negociação comercial. Mas é claro que tudo isto tem por base um conceito fundamental de liberdade.

Para Foucault, em um sentido estrito liberal significa consumidor de liberdade. Ou seja, a razão governamental liberal consome a liberdade: liberdade do mercado, liberdade do vendedor, liberdade de propriedade, liberdade de expressão, etc (FOUCAULT, 2008, p. 86). Consumir liberdade, para esta arte de governo, significa produzi-la. Ela é, portanto, gestora da liberdade. Liberalismo significa gestão e organização das condições, graças às quais podemos ser livres. No entanto, estas liberdades apresentam um problema. Na relação entre interesses coletivos e interesses individuais, até que ponto o interesse individual não será um entrave ao interesse coletivo ou vice versa. O mesmo pode-se dizer a respeito da liberdade. Aqui temos uma relação complexa entre liberdade e segurança. Não adentrarei profundamente em tais questões para não fugir do objetivo deste trabalho, apenas alguns comentários a respeito deste tema, pois toca profundamente no problema da liberdade no liberalismo. Ou seja, a liberdade de propriedade é tão essencial ao liberalismo que, no jogo de interesses que perpassará a concorrência comercial, a liberdade individual do vencedor deverá ser resguardada por meio de uma segurança contra o interesse coletivo. O perdedor deve resignar-se para garantir a ordem social. Esta luta de interesses não pode ser apaziguada, mas abafada (WEIL, 2001, p. 181-182).

2. As duas caras do neoliberalismo

Seguindo a análise de Foucault temos, portanto, dois tipos de neoliberalismo. Um de origem alemã (o ordoliberalismo) e outro de origem estadunidense (anarconeoliberalismo). Ambos são caracterizados por uma espécie de “fobia do Estado”. Talvez o que consolide isto, sejam as experiências traumáticas do nacional-socialismo alemão e o socialismo soviético, assim como, o dirigismo Keynesiano nos Estados Unidos.

O neoliberalismo alemão surge em abril de 1948 no pós-guerra. Seu objetivo é construir ou fundar a Alemanha Ocidental. Na verdade havia naquela época uma reconstrução de uma Europa inteira. Assim, certo dirigismo econômico apresenta-se como fundamental para esta reconstrução. E é isto o que pretende o conselho científico⁴,

⁴ Na Alemanha pós-segunda grande guerra, ocupada e dividida (entre um pólo capitalista e outro socialista), Ludwig Erhard – conhecido como o pai do milagre econômico alemão – reúne em torno de si

assegurando a direção pelo mecanismo dos preços. Ou seja, pelo princípio da liberdade dos preços. Segundo Foucault é Ludwig Erhard o teórico do Conselho científico quem irá pedir pela liberdade ou liberação dos preços – para que estes não sejam mais dirigidos pelo controle estatal. O que este teórico deseja é libertar a economia das injunções estatais. Assim, a intervenção estatal deve ser limitada. O propósito de Erhard é legitimar o Estado, pois, segundo ele, somente um estado em que se reconhece a liberdade econômica, dando espaço a liberdade e responsabilidade dos indivíduos, pode falar em nome do povo (FOUCAULT, 2008, p. 111). Seu desejo é criar um espaço de liberdade, instituir uma liberdade econômica que será o estopim para a formação de uma soberania política. Sua legitimação, portanto, não se dará com base no direito, mas sim na liberação dos preços, ou seja, na própria economia. Eis a legitimação fundadora do Estado alemão no pós-segunda-grande-guerra. Assim, a legitimação do Estado se dará sobre o exercício de uma liberdade econômica. A economia é criadora do direito público, isto é, é a economia que produz a legitimidade para este Estado. É deste modo que a liberdade individual é resgatada na Alemanha do pós-guerra, pois, os indivíduos passam a ser agentes no interior deste Estado, agentes investidores, parceiros da economia na medida em que aceitam este jogo econômico da liberdade (FOUCAULT, 2008, p. 115). A maximização do bem-estar social propiciado pelo crescimento econômico deste jogo revela um consenso político entre os jogadores, pois o enriquecimento gradual constata de que forma “este bolo está sendo repartido”.

Assim, neste modelo neoliberal se evidenciará que, o papel do Estado é o de proteger a propriedade privada e, da mesma forma, a propriedade privada dos meios de produção, para que a liberdade econômica seja sempre garantida. E, da mesma forma, o princípio da economia de mercado não será apenas o de troca – como fora anteriormente no liberalismo – mas o da concorrência⁵. Assim, esta governamentabilidade neoliberal caracteriza-se por operar uma ordem social equitativa para propiciar condições eficientes para uma verdadeira concorrência econômica. Nota-se, portanto, que a teoria liberal não possui uma teoria de Estado (especialmente a inglesa), mas sim, os princípios de delimitação de um governo. Assim, o neoliberalismo alemão enraíza-se

o chamado Conselho científico, formado por representantes do pensamento liberal alemão da Escola de Friburgo. Dentre seus objetivos econômicos podemos salientar a liberação dos preços, a defesa da economia de mercado e o não intervencionismo do Estado.

⁵ Esta é mais uma diferença entre o liberalismo (marcado pelo mercado econômico de trocas) e o neoliberalismo (marcado pelo mercado econômico da concorrência).

profundamente em uma liberdade econômica do *deixar fazer*, como um princípio de enriquecimento. Tudo o que a Alemanha do pós-guerra queria fugir era da economia protecionista, planejada, das intervenções e do dirigismo keynesiano, em suma, ela queria formular uma política econômica liberal para fugir da estrutura estatal nazista. Queria fugir de um crescimento e de um poder estatal absoluto e, para tal problema o remédio encontrado contra qualquer forma de intervencionismo econômico fora a política econômica liberal. Para os alemães do ordoliberalismo a tecnicização da gestão estatal conduziu um Estado alemão Saint-simonista ao nazismo, a racionalidade desta governamentabilidade intervencionista acarretou um crescimento e aprisionamento por parte do Estado de toda a população e de toda economia alemã. É justamente por isso que a política econômica reformista alemã do pós-guerra quis separar muito claramente o Estado e a economia, o Estado e o mercado econômico. Assim, para os ordoliberais alemães a reviravolta do modelo organizacional ficará ao cargo da economia de mercado, pois ela será em si mesma, o princípio interno de regulação do Estado (FOUCAULT, 2008, p. 158). Ou seja, em vez de aceitar uma liberdade de mercado definida pelo Estado, é a liberdade de mercado que será o princípio organizador e regulador do Estado. O estado sob vigilância do mercado, como ressalta Foucault (2008, p. 158-159). Assim como consequência, o que resta de autoridade ao Estado é manter a propriedade individual, bem como as novas bases fundamentais do mercado, a saber, a concorrência. A concorrência agora é o princípio normativo do mercado e, este, por sua vez, não é mais o espaço natural como fora no liberalismo, mas sim, o tabuleiro do jogo formal das desigualdades – não é a natureza que governa, mas a competição. Sendo assim, é a economia de mercado que irá indicar como o governo irá ser gerenciado. É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado (FOUCAULT, 2008, p. 165). Assim neoliberalismo, segundo Foucault, caracteriza-se como sendo uma nova roupagem ou uma adaptação histórica do liberalismo, no qual imperam as relações sociais como sendo relações mercantis e a política como sendo a minimização do poder estatal.

No entanto, esta nova arte de governo trará algumas consequências problemáticas, tais como o monopólio, o protecionismo e a maximização da desigualdade. Tais problemas, para serem resolvidos abordarão uma política social. Esta política será erguida em prol, também, do contínuo crescimento econômico. Mas o que é política social para os ordoliberais alemães? Política social é uma política que busca a repartição

dos bens de consumo e, por conseqüência, a redução da desigualdade. Mas, segundo os ordoliberalis uma política social não pode minar uma política econômica, ela não pode pressupor um igualitarismo, já que o mecanismo dos preços se estabelece por meio de diferenciação e não por meios igualitários. Isto quer dizer que, uma política social que adota como objeto principal a igualização, a repartição é essencialmente antieconômica. A solução é retirar dos rendimentos mais altos uma parte que seria consagrada ao consumo e transferir esta parte de sobreconsumo, como fala Foucault, para os que se acham num estado de subconsumo (FOUCAULT, 2008, p. 196). Esta é a política social do bem estar que não poderá, de forma alguma, danificar as estruturas econômicas sob hipótese nenhuma.

A abordagem do tema da política social foi exposta para exemplificar de que forma a sociedade é regulada com base no mercado, sempre tendo em vista a expansão e o crescimento deste. Segundo Foucault fica claro que o governo liberal não é apenas um governo econômico, mas sim, um governo de sociedade. O que está implícito em uma política econômica e social é um projeto de sociedade, a sociedade será o objetivo desta prática governamental. A sociedade regulada com base no mercado tem como mola propulsora a concorrência comercial que, segundo Foucault, criará a sociedade empresarial, a sociedade do *homo oeconomicus*, isto é, não do homem de troca, mas o homem da empresa e da produção, do investidor de si. Mas antes de adentrar no *homo oeconomicus*, serão abordados alguns apontamentos que Foucault faz a respeito do liberalismo estadunidense.

A revolução da independência estadunidense do século XVIII fora por motivos econômicos. Isto quer dizer que o liberalismo fora fundador e legislador dos Estados Unidos. Segundo Foucault, não é o Estado que se autolimita pelo liberalismo, é a exigência de um liberalismo que se torna fundador de um Estado. O liberalismo estadunidense, para Foucault, é uma maneira de ser e de pensar, é uma relação entre governantes e governados, muito mais do que uma técnica dos governantes para com os governados. Para se compreender o liberalismo estadunidense é de fundamental importância compreender o que seja a teoria do capital humano. Esta teoria conduzirá as análises econômicas para um plano não econômico – para um plano comportamental.

A primeira coisa a ser analisada pelo neoliberalismo estadunidense é uma re-elaboração do significado do trabalho na economia política. Os neoliberais

estadunidenses reintroduzem a questão do trabalho no campo da análise econômica. Dizem eles que a crítica marxiana a respeito da mais-valia só foi possível pelas falhas teóricas da economia clássica. Nas análises de Keynes, para o neoliberalismo estadunidense, o trabalho, visto como produção apresenta-se ainda de forma passiva, não encontrando, assim, atividade. Para os neoliberais estadunidenses, como por exemplo, a Escola de Chicago, a análise econômica do trabalho deve consistir não nos mecanismos de produção – como fora visto na economia política clássica – mas sim, na análise do comportamento humano. Isto é, a economia deve ser vista como a ciência do comportamento humano. O que vemos na análise do trabalho como comportamento humano é que a economia passa a ser uma programação estratégica da atividade dos indivíduos.

O problema da reintrodução do trabalho no campo da análise econômica não consiste em se perguntar a quanto se compra o trabalho, ou o que é que ele produz tecnicamente, ou qual o valor que o trabalho acrescenta. O problema fundamental, essencial, em todo caso primeiro, que se colocará a partir do momento que se pretenderá fazer a análise do trabalho em termos econômicos será saber como quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe. Ou seja, será necessário para introduzir o trabalho no campo da análise econômica, situar-se do ponto de vista de quem trabalha; será preciso estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha. O que é trabalhar, para quem trabalha, e a que sistema de opção a que sistema de racionalidade essa atividade de trabalho obedece? E, com isso, se poderá ver, a partir dessa grade que projeta sobre a atividade de trabalho um princípio de racionalidade estratégica, em que e como as diferenças qualitativas de trabalho podem ter um efeito de tipo econômico. (FOUCAULT, 2008. p. 307).

Esta nova abordagem do trabalho na economia coloca o trabalhador como um sujeito econômico ativo, já que o trabalho é visto como uma conduta econômica. O que é esta conduta econômica? Pois bem, o trabalho garante um salário. O salário equivale a uma renda. O salário não é a venda de sua força de trabalho, mas aquilo que assegurará ao trabalhador uma renda. Renda é o produto ou rendimento de um capital. Assim, capital será tudo o que poderá ser uma fonte de renda. Então, seguindo o questionamento de Foucault, qual será o capital de que o salário é a renda? É o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário, em suma, aptidão (FOUCAULT, 2008, p. 308). Em termos econômicos, a habilidade para desempenhar certo tipo de trabalho me garantirá uma renda futura. Temos, portanto, uma concepção do trabalho como capital-competência,

este trabalho recebe sua renda, que é o salário, e, é assim que, o trabalhador aparece como uma empresa de si mesmo. Pois, é somente o investimento em si mesmo, uma qualificação ou aperfeiçoamento de suas aptidões, o que o possibilitará a uma renda futura maior. Eis, portanto, o *homo oeconomicus* neoliberal, o empresário e investidor de si mesmo.

Estas aptidões são algumas adquiridas por meio de aperfeiçoamento e outras, inatas. Desenvolver estas aptidões para melhorar sua renda futura significa aplicar em seu capital humano, investir em seu capital humano, investir em si mesmo. Isto certamente nos trará longos debates em torno das manipulações genéticas para o aperfeiçoamento do capital humano. Assim, investimentos educacionais significa possibilitar capital humano a ampliar suas qualidades e competências. A criação dos filhos já é um belo exemplo de investimento em capital humano. É neste ponto que a economia neoliberal estadunidense está incorporada em todos os lugares de nossa vida, em lugares que a economia nunca antes pensara em perpassar como, por exemplo, a conduta dos cidadãos. Sendo assim, para o desenvolvimento de alguns países, como bem ressalta Foucault, será imprescindível o investimento em capital humano. Isto é, para uma política de crescimento faz-se necessário o investimento em capital humano. Em suma, o que se vê é a generalização da forma empresa nas relações sociais. Ou seja, trata-se de desdobrar o modelo econômico, o modelo da oferta-procura, o modelo investimento-custo-lucro, para fazer dele um modelo das relações sociais (FOUCAULT, 2008, p. 332). A empresa é o modelo de socialização, ela é o modelo de inteligibilidade, de comportamento individual, de conduta.

3. Homo Oeconomicus

Segundo Foucault, o *homo oeconomicus* é aquele que obedece somente ao seu interesse, é aquele cujo interesse espontaneamente irá convergir com o interesse dos outros (2008, p. 389.). Ele é adaptável à realidade, manejável, flexível, enfim, governável. O *homo oeconomicus* é muito semelhante, quicá o mesmo, da teoria do sujeito do empirismo inglês. Segundo Foucault, a grande novidade na teoria do sujeito do empirismo inglês é um sujeito que não é definido pela sua liberdade, nem pela oposição dual corpo-alma, mas sim, como um sujeito que aparece como sujeito de opções individuais, irredutíveis e intransmissíveis. Ele é um sujeito de interesses e

atômico. Atômico por ser irreduzível, impenetrável, necessariamente individual. E, é exatamente isto o que o também caracteriza como sendo de apenas um interesse: o seu. É o sujeito egoísta, que importará apenas o seu interesse, perseguirá apenas o seu próprio interesse, como uma forma de vontade, uma vontade subjetiva. Assim, neste modelo governamental, cada um deve procurar seu próprio interesse para que, então, de um modo paradoxal, eleve o interesse de todos. Ou seja, de um lado, cada um é dependente de um todo que é incontrolável e intotalizante, do mesmo modo, o interesse de um indivíduo vai se ver ligado a toda uma série de efeitos que vai fazer tudo o que lhe é proveitoso e, também, vai ser proveitoso aos outros. Sendo assim, é o egoísmo e o interesse do *homo oeconomicus* quem produzirá a riqueza coletiva.

O individualismo moderno deste modelo de ser humano está inserido no mercado econômico como um competidor, como um jogador. Para ele é somente seu interesse o que importa e para este modelo de organização social também é somente isto o que importa. O *homo oeconomicus* é o maior responsável por seu fracasso ou por suas glórias, ele é o maior responsável por si mesmo, ele é investidor e empresário de si, ele está sozinho e com todos ao mesmo tempo.

Conclusão

O que caracteriza os dois traços neoliberais, tanto o estadunidense quanto o alemão é o governar menos e deixar a economia correr, flutuar. Mas também, ambos apresentam pontos cardinais na vida contemporânea: o mercado econômico como um espaço de concorrência e o trabalho como sendo capital humano. O mercado econômico, que outrora era o espaço de troca, agora é definido como espaço de concorrência entre jogadores. Estes mesmos jogadores são também responsáveis pelo aperfeiçoamento de suas aptidões, ou seja, eles terão que investir em capital humano, em si mesmo, para desenvolver uma melhor qualidade com o intuito de ocupar o espaço de concorrência.

O neoliberalismo é apenas outra roupagem de um mesmo sistema econômico e de um mesmo modelo de organização social: o liberal. No entanto, para adaptar-se a certos momentos históricos ele torna-se mutante, flexível; para sobreviver ele se reinventa, ele se cria e se modela sem perder suas características essenciais, como por exemplo, o fato

do mercado econômico ser intocável.

Assim a arte de governo, a governamentalidade liberal está estendida sobre a sociedade civil – deixando, é claro, o mercado impenetrável para o gerenciamento do governo. É na sociedade civil que irá formar-se esta tecnologia de governo que deverá indexar-se a uma economia como processo de produção e de troca. A instituição jurídica indexada à economia: eis um governo onipresente, que abarca as regras do direito e a especificidade econômica, um governo que gerenciará a sociedade civil, que administrará a sociedade, o social. Gerenciar a sociedade civil equivale, de certo modo, a gerenciar também o *homo oeconomicus*, que reside no interior da mesma. Assim, sociedade civil e *homo oeconomicus* fazem parte de um conjunto chamado tecnologia da governamentalidade liberal. Deste modo, pensar no neoliberalismo e em suas conseqüências, desde o pós-guerra da primeira metade do século XX até hoje, significa pensar em um modelo de gerenciamento, modelo de governo que leve em conta os governados, os sujeitos econômicos, os trabalhadores, os sujeitos de interesse, ou melhor, pensar em uma maneira de gerenciar o comportamento racional dos que são governados.

Referências

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIRARD, René. *A violência do sagrado*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.

WEIL, Simone. *Opressão e liberdade*. Bauru: EDUSC, 2001.

Artigo recebido em: 07/12/09

Aceito em: 25/03/10